

HISTÓRIA DE VIDA: BARREIRAS SOCIAIS ENFRENTADAS POR ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO EJA CAMPO

LIFE STORY: SOCIAL BARRIERS FACED BY STUDENTS WITH DISABILITIES IN ADULT EDUCATION IN RURAL AREAS

HISTORIA DE VIDA: BARRERAS SOCIALES QUE ENFRENTAN LOS ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD EN LA EDUCACIÓN DE ADULTOS EN ZONAS RURALES

José Fábio da Rocha Cabral

RESUMO

Este artigo visa apresentar uma pesquisa de uma investigação que analisou o processo de inclusão na Educação de Jovens e Adultos para alunos com diversas deficiências. A pesquisa foi feita com natureza bibliográfica, analisando artigos, livros, trabalhos de conclusão de curso e diversos autores especialistas e mestres no tema. O objetivo foi evidenciar os obstáculos enfrentados por esses alunos do Eja, para assegurar a inclusão desses grupos. Os professores relataram que a ausência de formação específica, ferramentas apropriadas, recursos didáticos e apoio humano são fatores essenciais que dificultam o cumprimento dessa inclusão nas escolas. Apesar dos avanços legais conquistados ao longo da trajetória da Educação de Jovens e Adultos, sua efetivação ainda é insatisfatória, uma vez que as instituições não têm proporcionado um ambiente adequado para a aprendizagem e a permanência de alunos com necessidades especiais. Dessa forma, a escola não tem conseguido garantir a educação como um direito fundamental para todos os cidadãos, permanecendo inadequada para estudantes com deficiências.

Palavras-chave: História de vida; EJA campo; educação inclusiva; desafios.

ABSTRACT

This article aims to present research from an investigation that analyzed the inclusion process in Youth and Adult Education for students with various disabilities. The research was bibliographic in nature, analyzing articles, books, course completion papers, and various specialist and master's degree authors on the subject. The objective was to highlight the obstacles faced by these students in Youth and Adult Education to ensure the inclusion of this group. Teachers reported that the lack of specific training, appropriate tools, teaching resources, and human

support are essential factors that hinder the fulfillment of this inclusion in schools. Despite the legal advances achieved throughout the history of Youth and Adult Education, its implementation is still unsatisfactory, since institutions have not provided an adequate environment for the learning and retention of students with special needs. Therefore, the school has not been able to guarantee education as a fundamental right for all citizens, remaining inadequate for students with disabilities.

Keywords: Life history; youth and adult education in campo grande; inclusive education; challenges.

RESUMEN

Este artículo presenta una investigación que analizó el proceso de inclusión en la Educación de Personas Jóvenes y Adultas (EJA) de estudiantes con diversas discapacidades. La investigación fue de carácter bibliográfico, analizando artículos, libros, trabajos de fin de curso y diversos autores especialistas y de maestría sobre el tema. El objetivo fue destacar los obstáculos que enfrentan estos estudiantes de EJA (Educación de Personas Jóvenes y Adultas) para garantizar la inclusión de este grupo. El profesorado indicó que la falta de formación específica, herramientas apropiadas, recursos didácticos y apoyo humano son factores esenciales que dificultan el logro de esta inclusión en las escuelas. A pesar de los avances legales logrados a lo largo de la historia de la Educación de Personas Jóvenes y Adultas, su implementación aún es insatisfactoria, ya que las instituciones no han proporcionado un entorno adecuado para el aprendizaje y la retención del alumnado con necesidades especiales. Por lo tanto, la escuela no ha podido garantizar la educación como un derecho fundamental para todos los ciudadanos, permaneciendo inadecuada para el alumnado con discapacidad.

Palabras clave: Historia de vida; EJA campo; educación inclusiva; desafíos.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo possui um enfoque qualitativo e é de natureza bibliográfica, baseando-se na análise e na interpretação de livros, artigos acadêmicos, dissertações e normativas que abordam a inclusão e os obstáculos sociais enfrentados por estudantes com deficiência na Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente no ambiente rural. Tal abordagem foi selecionada por possibilitar uma reflexão crítica acerca das condições educacionais e sociais que afetam o processo de escolarização dessas pessoas.

Consultaram-se renomados autores na área de Educação Inclusiva, incluindo Mantoan (2003), Sassaki (2010) e Arroyo (2012), bem como documentos normativos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Esses fundamentos teóricos proporcionaram a base necessária para entender como as políticas públicas e as práticas pedagógicas se inter-relacionam – ou não – com a vivência dos alunos com deficiência no ambiente educacional.

A opção pela pesquisa bibliográfica é fundamentada na vasta disponibilidade de estudos estabelecidos, o que facilita uma análise crítica e comparativa de várias visões sobre o assunto. Essa abordagem também permite entender de que maneira as barreiras físicas, atitudinais, pedagógicas e sociais influenciam o acesso, a continuidade e o êxito dos alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos (EJA), sem a necessidade de conduzir entrevistas ou observações diretas. Assim, o enfoque se concentra na coleta e na análise de dados teóricos existentes.

Os professores que se propõem a ou impõem alfabetizar, não tem qualificação especial para tal. São em sua maioria, professores improvisados. Vão contra o princípio de Emília Ferreiro e Vygotsky de que alfabetizar é um ato de conhecimento e, portanto uma tarefa complexa, demorada e exige competência e compromisso de profissionais preparados para tal (Moura, 2008, p. 67).

A pesquisa realizada consistiu na cuidadosa escolha de fontes atualizadas e significativas, publicadas entre 1998 e 2025, assegurando que a discussão fosse relevante e atual. As obras foram avaliadas de maneira comparativa, enfocando semelhanças e diferenças nas perspectivas relacionadas a inclusão, deficiência e educação no contexto rural.

De acordo com Sasaki (1998):

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais (Sasaki, 1998, p.8).

Desta forma, a metodologia bibliográfica aplicada neste trabalho não só compila dados teóricos, mas também visa desenvolver uma análise crítica da realidade educacional, ajudando a promover práticas inclusivas na Educação de Jovens e Adultos no campo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) voltada para o meio rural tem como objetivo proporcionar chances de aprendizado para indivíduos que, por diferentes razões, não puderam frequentar a escola na fase apropriada. Contudo, para os estudantes com deficiência, essa jornada se torna ainda mais difícil. As experiências desses alunos expõem um quadro de exclusão, deficiência em acessibilidade e carência de políticas públicas eficazes. Esses obstáculos sociais afetam não apenas o processo de aprendizado, mas também a autoimagem e o senso de pertencimento desses jovens. Conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, no seu art. 205. A educação é: Art. 205 e 227:

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 227 – a família, a sociedade e do Estado assegurem à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, (...)

Com base nessa hipótese, a Educação de Jovens e Adultos emerge no Brasil como uma forma de ensino fundamental e médio, voltada para jovens e adultos, com o objetivo de reduzir a desigualdade social e possibilitar o começo ou a finalização dos estudos. Para a inclusão escolar consiste em um modelo de integração no qual a escola tradicional é adaptada para acolher todos os alunos de forma incondicional, garantindo uma educação de qualidade a todos (Sasaki,

1998).

Nesta ordem de raciocínio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea (Brasil, Parecer 11 de 10 de maio de 2000, p. 05).

Como professor do EJA Campo da cidade de Surubim Pernambuco e a partir das experiências adquiridas em práticas junto a professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA), identificou-se a necessidade de pesquisar as dificuldades que esses profissionais enfrentam no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais. Além disso, nota-se que há uma escassez de pesquisas que tratam desse tema, o que evidencia a urgência de realizar estudos nessa área, onde a inclusão é fundamental para garantir o acesso à educação para todas as pessoas com necessidades especiais em idade escolar ou que não conseguiram finalizar seus estudos na fase considerada adequada.

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais (Sassaki, 1998, p. 8).

Sob essa ótica, a escola desempenha um papel fundamental na formação ou na ausência de um conhecimento crítico e na incessante busca por mudanças. A modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) exige especialmente esse tipo de atitude, propondo uma educação que ultrapasse as disciplinas tradicionais. O objetivo é fomentar o pensamento crítico, que deverá se traduzir em ações práticas de intervenção na sociedade. Freire (2011, p. 67) destaca que “a habilidade de aprender não se limita à adaptação, mas deve ser voltada para a transformação da realidade, permitindo sua recriação”.

A noção de integração escolar é interpretada de várias formas. O termo “integração” se aplica de forma mais precisa à inclusão de estudantes com deficiência em instituições regulares de ensino. No entanto, seu uso também aparece para descrever alunos em escolas especiais voltadas para deficientes ou em classes diferenciadas, além de grupos de atividades recreativas e instituições de acolhimento para pessoas com

deficiência (Mantoan, 2006, p. 14-15).

Assim, o principal intuito da aprendizagem deveria ser “processar” o conhecimento assimilado em ações que promovam melhorias na realidade social de cada indivíduo. Neste contexto, é possível perceber que a escola, especialmente a EJA, possui como uma de suas funções sociais auxiliar na superação da exclusão social e no fortalecimento da cidadania e do pensamento crítico dos alunos. Portanto, é fundamental que essa instituição vá além de simplesmente oferecer ensino. Ela deve se comprometer a fornecer uma educação para jovens e adultos que transcenda a mera transmissão de conteúdos, estabelecendo conexões entre as matérias ensinadas e a vida prática, além das necessidades fundamentais dos alunos. O conhecimento que é adquirido deve inspirar um desejo de transformação e verdadeira emancipação.

A inclusão implica ajustar os sistemas sociais da sociedade de maneira que sejam removidos os elementos que afastavam determinadas pessoas e mantinham as excluídas à margem. A remoção desses elementos deve ocorrer de forma contínua, acompanhada pelo comprometimento da sociedade em receber todos os indivíduos, sem distinção de suas diferenças pessoais e origens na diversidade humana. Afinal, para incorporar todos, a sociedade precisa passar por modificações, reconhecendo que deve ser capaz de satisfazer as necessidades de todos os seus integrantes (Sasaki, 2005, p. 21).

A escola, enquanto uma entidade social, não opera isoladamente; ela está inserida no contexto da sociedade, assim como a vida social impacta a escola. Por isso, questões atuais relacionadas à inclusão, cidadania e política são profundamente entrelaçadas com o processo educativo, e a instituição não pode se esquivar dessas responsabilidades. Para elucidar os conceitos de exclusão e social, consultamos o dicionário Aurélio (2001, p. 304 e 642), que define excluir como “eliminar, pôr fora, expulsar, retirar, privar, despojar”, e caracteriza exclusão como “ato de excluir”, sendo social aquilo que diz respeito à “sociedade”. Com essa breve explicação sobre esses termos, prosseguiremos nossa análise fundamentando-se na teoria de Paulo Freire, particularmente em relação àqueles que carecem dos direitos sociais essenciais.

Fundada nos valores da democracia, da participação, da equidade e solidariedade social, a EJA deve permitir aos educandos mudar a qualidade de sua intervenção na realidade. Seu objetivo primeiro é, pois, a construção de novas formas de participação e de exercícios pleno e consciente dos direitos da cidadania. A formação para o trabalho, entendida como uma das dimensões da educação continuada de jovens e adultos, deve articular-se à educação geral e atender aos fins da educação nacional (Paiva; Machado; Ireland, 2007, p. 27).

Os indivíduos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) frequentemente não somente foram privados do acesso à educação, mas também da possibilidade de usufruir de outros direitos fundamentais, como saúde, habitação, emprego, assistência social e lazer. Segundo o Marco de Ação de Belém (2010), a formação de adultos desempenha um papel social crucial, ajudando a combater as várias formas de exclusão presentes na sociedade. Durante a VI CONFITEA (Unesco, 2010), destacou-se a necessidade de transformar palavras em ações concretas, recomendando a implementação de políticas públicas que sejam mais inclusivas, justas, democráticas, emancipadoras e humanistas, com o objetivo de reforçar o direito à educação e melhorar a qualidade do ensino.

A família e a escola constituem os dois principais ambientes de desenvolvimento humano nas sociedades ocidentais contemporâneas. Assim, é fundamental que sejam implementadas políticas que assegurem a aproximação entre os dois contextos, de maneira a reconhecer suas peculiaridades e também similaridades, sobretudo no tocante aos processos de desenvolvimento e aprendizagem, não só em relação ao aluno, mas também a todas as pessoas envolvidas (Dessen, 2007, p. 29).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se compromete a enfrentar as desigualdades sociais presentes na sociedade. Muitos alunos carregam a culpa pelo fracasso escolar, quando, na verdade, diversas circunstâncias contribuem para sua saída da escola, ou, de certa forma, para serem levados a deixar o ambiente escolar. Com base nessas reflexões, a EJA busca contextualizar os conteúdos abordados em sala, visando uma educação que se relacione com a realidade dos alunos, reconhecendo suas dificuldades e limitações.

Pode-se considerar que o perfil dos alunos da EJA é fruto da desigualdade social, da situação de pobreza que vive a maioria da população e também pelo despreparo da escola para trabalhar com esse público que carrega consigo uma bagagem enorme de experiências de vida (Moura, 2008, p. 145).

Além disso, é uma forma de educação voltada para a cidadania, onde os conceitos de direitos e cidadania são essenciais para a condição humana. Os impactos dessa educação, sejam positivos ou negativos, refletem no tecido social de uma comunidade e de um país. Em outras palavras, quanto mais elevada a instrução e o conhecimento de uma população, maior será sua capacidade crítica em relação ao mundo, o que resultará em um acesso melhorado (ou pelo menos uma luta por isso) a serviços de saúde pública, moradia, saneamento, alimentação e educação.

A escola é uma instituição social com objetivos e metas determinadas, que emprega e reelabora os conhecimentos socialmente produzidos, com o intuito de promover a aprendizagem e efetivar o desenvolvimento das funções psicológicas superiores: memória seletiva, criatividade, associação de ideias, organização e sequência de conhecimentos, dentre outras (Oliveira, 1999 *apud* Dessen; Polonia, 2007, p. 26).

A pesquisa demonstra que a inclusão no ensino continua a ser um desafio significativo e intrincado. As experiências desses estudantes revelam caminhos repletos de exclusão, desigualdade e luta. Embora tenham ocorrido progressos legais e o desenvolvimento de políticas públicas para promover a educação inclusiva, muitos desses alunos ainda encontram barreiras estruturais, preconceitos e a escassez de materiais pedagógicos adequados às suas necessidades. Para Bourdieu (1998, p. 56):

A escola não leva em consideração o capital cultural de cada aluno, e que os professores partem da hipótese de que existe, entre o educando e o ensinado, uma comunidade linguística e de cultura, uma cumplicidade prévia nos valores, o que só ocorre quando o sistema escolar está lidando com seus próprios herdeiros.

A superação das dificuldades sociais que alunos com deficiência encontram na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no meio rural requer uma colaboração efetiva entre o governo, as instituições de ensino, as famílias e a sociedade em geral. A inclusão vai além da promulgação de legislações; é necessário implementar ações práticas que assegurem condições efetivas para a aprendizagem. Reconhecer as trajetórias de vida desses estudantes é dar valor à sua resiliência e ao seu direito de aprender. Segundo Oliveira (1999, p.10):

O adulto, para a EJA, não é o estudante universitário, o profissional qualificado que frequenta cursos de formação continuada ou de especialização, ou a pessoa adulta interessada em aperfeiçoar seus conhecimentos em áreas como artes, línguas estrangeiras ou música. E o jovem, relativamente recentemente incorporado ao território da antiga educação de adultos, não é aquele com uma história de escolaridade regular, o vestibulando ou o aluno de cursos extracurriculares em busca de enriquecimento pessoal. Não é também o adolescente no sentido naturalizado de pertinência a uma etapa biopsicológica da vida.

Apenas com solidariedade, investimento e um compromisso coletivo será viável criar uma educação genuinamente inclusiva e transformadora na área rural do Brasil. Conforme os documentos estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, a legislação assegura o direito à Educação de jovens e adultos, que deve ser obrigatória e gratuita. Isso é destacado nos artigos 37 e 38, que mencionam que:

Art. 37 - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente os jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. ART. 38 – Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudo em caráter regular. § 1º os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I. no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II. no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. § 2º os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (Apostila da Disciplina: Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira, 2015).

O estudo apontou que a combinação da deficiência com as circunstâncias socioeconômicas e geográficas da zona rural agrava os desafios para a entrada e permanência na escola. Muitos desses estudantes residem distantes das escolas, enfrentam dificuldades de transporte e carecem de assistência especializada. Contudo, suas vivências exemplificam a resiliência e evidenciam o papel fundamental da educação na formação da cidadania e no fortalecimento da autoestima.

(...) é papel da escola refletir sobre a didática usada em sala de aula, visto que as crianças atualmente, estão rodeadas de estímulos, e vivem em um ritmo acelerado, portanto, o professor deve tentar se adequar ao ritmo do aluno com atividades que estimule sua atenção, que tenham um período curto de duração, como também utilizar jogos interativos, entre outros, e deixar um pouco de lado a lousa, o giz, a atividade mimeografada, as carteiras enfileiradas (Reis, 2010, p. 194).

Um aspecto relevante que foi identificado é a urgência de formação permanente para os educadores e profissionais envolvidos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no ambiente rural. A carência de capacitação para enfrentar a diversidade e implementar práticas pedagógicas inclusivas perpetua as dificuldades já presentes. Portanto, é fundamental apostar na valorização do corpo docente, além de desenvolver materiais e métodos que atendam às condições particulares dos alunos com deficiência.

É fundamental entender que a inclusão de estudantes no ambiente escolar abrange muito mais do que simplesmente tê-los fisicamente na sala de aula.

Nesse sentido, Reis ressalta que:

(...) fica então a reflexão de que muitas crianças são rotuladas com o TDAH, mas estão apenas reproduzindo o comportamento com que se deparam em sua vida cotidiana e que a sociedade admite como necessária em alguns momentos e inconvenientes em outros (Reis, 2010, p. 193).

Envolve um processo que requer empatia, atenção, respeito às diversidades e a criação de um espaço acolhedor e colaborativo. A instituição de ensino deve colaborar com as famílias e a comunidade, adotando abordagens que efetivamente favoreçam a integração social e educacional dos alunos com deficiências.

3 METODOLOGIA

Na prática de ensino, a abordagem educacional frente à diversidade deve reconhecer a diversidade como uma característica intrínseca à natureza humana. Há uma diferença significativa entre apenas concordar teoricamente com a

diversidade e realmente adaptar o ensino para atender às particularidades dos estudantes. [...] A adaptabilidade e a receptividade do currículo devem ser elementos fundamentais nos processos de planejamento e execução, visando a inclusão. “Otimizar os recursos para possibilitar uma adequação do currículo às particularidades de cada aluno” (Torres González, 2002), uma visão com a qual estamos de acordo.

Essas perspectivas:

Dizem respeito a um currículo fundamental [...], onde a gestão educacional cria um guia que assegura um ponto de referência unificado para todos, ao mesmo tempo que proporciona oportunidades de personalização (Torres González, 2002).

De acordo com Andrade (2010):

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (Andrade, 2010, p. 25).

Não haverá verdadeira inclusão se a sociedade se sentir no direito de decidir quais pessoas com deficiência devem ser incluídas. É fundamental que essas pessoas expressem suas próprias necessidades, pois elas têm conhecimento sobre o que é melhor para suas vidas, e merecem o mesmo respeito que qualquer outro cidadão.

A integração se desenvolve dentro de um ambiente educacional que proporciona ao estudante a chance de navegar pelo sistema escolar, passando da turma regular para o ensino especializado, abrangendo diversas modalidades de atendimento: instituições especializadas, turmas especiais em escolas regulares, ensino adaptado, salas de apoio, classes hospitalares, ensino em casa, entre outras. Essa abordagem representa uma forma de inclusão parcial, visto que o sistema contempla serviços educacionais que são separados.

Não é suficiente apenas ouvir suas vozes; é imprescindível implementar e promover ações que transformem e orientem a maneira de encarar o processo de inclusão nas escolas.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Pesquisas realizadas em livros, artigos e sites especializados apontam que alunos com deficiência que ingressam na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em áreas rurais enfrentam vários desafios sociais e de aprendizagem. A falta de acessibilidade nas escolas representa um dos maiores desafios, abrangendo tanto aspectos físicos, como a ausência de rampas e outras infraestruturas essenciais para a locomoção, quanto aspectos educacionais, que asseguram um aprendizado eficiente para todos.

A falta de formação adequada para os educadores é outro aspecto problemático. Além disso, a falta de tecnologias adaptadas para esses estudantes restringe ainda mais suas chances de aprendizagem. Esses problemas evidenciam um histórico de exclusão, refletindo a falta de atenção das políticas governamentais em relação à educação inclusiva no campo. Mantoan (2003) e Carvalho (2004), indicam que alunos com deficiência na EJA vão além de apenas garantir sua presença física na sala de aula; é fundamental fazer ajustes curriculares que atendam ao ritmo e às demandas específicas de cada estudante.

Destaca-se que os docentes desempenham um papel fundamental na superação de atitudes que impedem a inclusão, pois sua abordagem pode ser determinante para o sucesso ou insucesso desse processo. Diante dos obstáculos, é urgente a criação de políticas que unam educação, transporte, saúde e assistência social, com o objetivo de fomentar uma formação cidadã e inclusiva.

A diversidade também ajuda a diminuir o preconceito contra pessoas com deficiência. Em 2005, destacou-se a relevância de consideração do estudante da EJA como um indivíduo com experiências e desafios únicos, buscando respeito e dignidade. Em 2008, foi introduzida a Política Nacional de Educação Especial,

mudando para garantir uma educação inclusiva. Apesar dos progressos, as evidências sugerem que essas diretrizes ainda não estão sendo totalmente inovadoras.

A formação e capacitação dos professores é uma questão fundamental, pois a educação de adultos nas áreas rurais carece de cursos que tratam da inclusão, o que afeta a qualidade do ensino. Para superar esses obstáculos, é necessário um esforço coletivo que inclua políticas públicas específicas, formação para os educadores, acesso a recursos protegidos e envolvimento da comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A jornada de alunos com deficiência na EJA Campo não apenas ilustra experiências de superação, mas também evidencia a continuidade de obstáculos sociais que restringem o acesso integral à educação. Ao longo deste artigo, foi possível perceber como aspectos como preconceito, a ausência de infraestrutura apropriada e a falta de formação específica para os educadores afetam diretamente a aprendizagem desses estudantes.

Apesar dos progressos legislativos e das políticas públicas focadas na inclusão, ainda há um extenso caminho a ser trilhado para assegurar a equidade e o respeito às particularidades de cada aluno. É crucial que a sociedade, especialmente os gestores educacionais e as comunidades escolares, valorizem as narrativas de vida desses indivíduos e se dediquem a práticas pedagógicas mais inclusivas.

A empatia, o acolhimento e o investimento em recursos acessíveis são etapas fundamentais para quebrar os ciclos de exclusão que ainda se manifestam. A educação no campo, quando planejada de maneira inclusiva, pode modificar realidades e reforçar laços comunitários. Portanto, refletir sobre os desafios que os alunos com deficiência encontram na EJA Campo é também considerar a função da educação como um meio de promover justiça social. Que essas narrativas inspirem transformações reais e reafirmem o direito de todos a uma aprendizagem

digna, significativa e transformadora.

Além disso, a falta de infraestrutura nas escolas rurais representa um enorme desafio. Muitas dessas instituições não dispõem de rampas, mobília acessível ou salas que sejam previstas para atender bem os alunos com deficiência. Sem acessibilidade física, não há inclusão de fato. Assim, é crucial que tanto o governo quanto à sociedade se empenhem na promoção de iniciativas de arquitetura adaptativa, a fim de estabelecer ambientes inclusivos onde cada pessoa possa desfrutar da oportunidade de aprender com dignidade.

É fundamental implementar políticas públicas que garantam um transporte escolar seguro, acessível e regular para enfrentar essa questão e garantir o acesso à educação de forma contínua. A falta de profissionais envolvidos na área da educação continua a ser um desafio persistente, assim como também a formação inicial e continuada dos professores, em muitas situações, não abordarem as especificidades da educação inclusiva.

6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOURDIEU, P. **A escola conservadora**: as desigualdades frente à escola e a cultura. Aparecida Joly Gouveia (trad.). In: M. Nogueira e A. Catani (org.). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

BRASIL. Constituição Federal Brasileira (CF/88). **Carta Magna, arts.37, 38 205 e 227**. 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei n. 13.146**, de . Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015 - 2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 10 de jun. de 2025.

CARVALHO, M. F. **A relação do sujeito com o conhecimento**: condições de possibilidades no enfrentamento da deficiência mental. 2004. 196 f. Tese Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

DESSEN, M. A. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. *Pidéia*. Ribeirão Preto, v.17, n. 36, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio século XXI**: o dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra; 2011.

MANTOAN, M.T.E. **Igualdade e diferenças na escola**: como andar no fio da navalha. In: MANTOAN, M.T.E.; PRIETO, R.G. (Org.). *Inclusão escolar* São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, M.T.E. **Produção de conhecimentos para a abertura das escolas às diferenças**: a contribuição do LEPED (Unicamp). In D.E. G. Rosa, V.D. de Souza (Orgs.). *Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores*. (pp.79- 93). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOURA, T. M. M. **Educação de jovens e adultos**: currículo, trabalho docente, práticas de alfabetização e letramento. Maceió: EDUFAL, 2008.

OLIVEIRA, M. K. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimentos e aprendizagem**. São Paulo: ANPED- Associação nacional de pesquisa e pós-graduação e educação n° 12, 1999.

PAIVA, J.; MACHADO, M. M.; IRELAND, T. (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos**: uma memória contemporânea, 1996-2004. Brasília, DF: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 2007.

POLONIA, A.C.; DESSEN, M. A. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. Família e Escola, Campinas, 2007.

REIS, G.V. **Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH)**: Doença ou apenas rótulo? Anais do Sciencult. Periódico UEMS v. 2, n. 1. Paranaíba, 2010.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), Ano XII, p. 10-16, 2010.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: o paradigma do século 21. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília: Ministério da Educação, p. 19-23 Out/2005. Disponível em: [http:// portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf). Acesso em: 10 out. 2025.

SASSAKI, R. K. **Integração e Inclusão**: do que estamos falando? Temas sobre Desenvolvimento, v. 7, n. 39. p. 8, 1998.

TORRES GONZÁLEZ, José Antonio. **Educação e diversidade**. Bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2002.

VIEIRA, S. L. **Estrutura e funcionamento da educação básica**. 2. ed. atual. Fortaleza : EdUECE, 2015.